



O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA EM SÃO GONÇALO: DOCUMENTANDO E REFLETINDO UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS INFÂNCIAS NA CIDADE

The municipal plan for early childhood in São Gonçalo: documenting and reflecting on an experience of building public policies for children in the city

Bruno Peres **FREITAS**
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
São Gonçalo, Brasil
Peres35@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3864-8825>^{ORCID}

Carla Veronica Corrêa **CARDOSO**
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
carlaveronica73726@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4248-3859>^{ORCID}

Maria Tereza Goudard **TAVARES**
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
mtgtavares@yahoo.com
<https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>^{ORCID}

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Tratamos neste artigo da experiência de construção participativa do Plano Municipal pela Primeira Infância de São Gonçalo (PMPI/SG), tendo como escopo da análise a relevância do registro e da documentação pedagógica como instrumento que possibilita a observação, investigação e reflexão sobre os processos político-pedagógicos. Neste sentido, exploramos, a partir da relação entre a experiência e a teoria, as contribuições do registro e da documentação pedagógica como fonte de informações e reflexões sobre os processos de aprendizagem vividos junto à coletividade de sujeitos envolvidos na proposta de elaboração de políticas públicas para crianças de zero a seis anos de idade no município de São Gonçalo/RJ.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira Infância. Plano Municipal. Documentação Pedagógica. Políticas Públicas. Infâncias e Cidade.

ABSTRACT

In this article, we deal with the experience of participatory construction of the Municipal Plan for Early Childhood of São Gonçalo (PMPI/SG), having as scope of analysis the relevance of registration and pedagogical documentation as instruments that enable observation, investigation and reflection on political processes-pedagogical. In this sense, we explore, based on the relationship between experience and theory, the contributions of registration and pedagogical documentation as a source of information and reflections on the learning processes experienced by the collective of subjects involved in the proposal for the elaboration of public policies for children from zero to six years of age in the city of São Gonçalo/RJ.

KEYWORDS: Early Childhood. Municipal Plan. Pedagogical Documentation. Public policy. Childhood and City.

DA EXPERIÊNCIA DE PRODUZIR APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Olhar para as crianças que se desenvolvem é olhar para os processos que geram o desenvolvimento na idade na condição social de viver, para os movimentos e transformações que ocorrem. É compreender a vida na vida (LOPES, 2021, p.110).

No presente artigo, nos propomos a contribuir com o debate e a reflexão sobre o percurso de construção do Plano Municipal Pela Primeira Infância (PMPI), a partir da socialização do registro e a documentação da experiência de elaboração político-pedagógica do PMPI do município de São Gonçalo (2017-2022)¹.

Do ponto de vista conceitual e de seus marcos legais, o Plano Municipal pela Primeira Infância é um instrumento técnico-político que deveria ser construído democraticamente. Seu objetivo é identificar demandas relativas à primeira infância nos municípios brasileiros, contribuindo para formular, no âmbito das políticas públicas, respostas interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais que assegurem a destinação privilegiada de recursos nas áreas relacionadas à proteção à infância, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância².

Trata-se, assim, de uma construção que, notadamente, é privilegiada pela possibilidade de gerar e ampliar espaços de interação e aprendizados, com a participação de diversos atores que integram o Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) – com destaque para a valorização da escuta sensível³ (BARBIER, 1992) das crianças pequenas na construção das políticas públicas a elas destinadas.

Assim, nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a documentação da referida experiência é altamente relevante como um instrumento de trabalho pedagógico nos processos político-participativos, que poderá repercutir no cotidiano das infâncias nos mais diversos espaços. Compreendemos, aqui, o processo de documentação nos termos de Ostetto (2017, p. 15):

¹ Os autores do presente artigo participaram ativamente do processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) no município de São Gonçalo.

² O PMPI/SG possui cinco eixos temáticos estruturantes, que contemplam, ao total, 33 metas e 243 estratégias, todas propostas pelo coletivo de participantes que compuseram os cinco grupos de trabalho. Este Plano tem o período de 10 anos para ser implementado pelo governo municipal.

³ Uma escuta sensível, na perspectiva de Barbier (1992), implica um voltar-se para o outro, com sensibilidade e desejo de compreensão. Nessa perspectiva, ouvir significa compreender o outro a partir do olhar alheio. Significa o desafio de abandonar a pretensa estabilidade do conhecido para escutar a partir do lugar desse outro.

[...] como instrumento do trabalho pedagógico, como um documento reflexivo, de professores e professoras, espaço no qual marcam o vivido – conquistas, descobertas, incertezas, perguntas, medos, ousadias – e em cuja dinâmica podem apropriar-se de seus fazeres.

Nesta abordagem, intencionamos contribuir com a ideia de que o processo de documentação pedagógica pode ser utilizado como um potente instrumento reflexivo e investigativo não apenas no âmbito escolar, mas também nas experiências de elaboração de políticas públicas para a primeira infância. Deste modo, entendemos que a proposta de documentar intencionalmente o processo de construção do PMPI/SG coloca-se como rica possibilidade de, coletivamente, criar vínculos, abrir espaço para a participação, repensar ações, planejar caminhos, organizar esteticamente e comunicar os aprendizados, criar memórias. Neste viés, sustentamos a ideia de que é a partir da interação entre adultos e crianças – abrindo espaço para escutar e acolher o olhar destas sobre a cidade – que pode ser fortalecida uma cultura cívica alicerçada no reconhecimento da criança como possibilidade e rica em potencialidade, conforme Rinaldi (2012).

Consideramos, assim, que o conjunto de atividades realizadas no percurso de construção coletiva e democrática do PMPI/SG configura-se num rico registro de um fazer educativo, combinando saberes científicos e populares. Este caminho metodológico ensejou diálogos com todos os envolvidos, produzindo significados, vínculos e a identidade do grupo, indispensável a amalgamar e construir “consensos possíveis” em torno de um projeto mais amplo: o PMPI.

Tal experiência, sob a nossa ótica, gerou um aprendizado acerca da participação social como contribuição à elaboração de políticas mais adequadas e efetivas, ao refletirem o interesse comum. Desta maneira, esta experiência fundamentou-sena compreensão da educação como prática da liberdade, na qual, conforme defende Freire (2005, p. 79), “todos se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos”.

A temática da primeira infância e a elaboração de planos nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, tornaram-se, assim, objeto de preocupação constante, decorrente da constatação científica de que a fase que corresponde de zero aos seis anos de idade é crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional do indivíduo. No plano jurídico, vale ressaltar que, nesta faixa etária, a criança já é reconhecida como cidadã.

Em São Gonçalo, município que compõe a região metropolitana do Rio de Janeiro – com estimadamente 1.098.357 habitantes, caracterizado como o segundo

mais populoso da referida região, figurando entre os vinte maiores municípios em termos demográficos do Brasil e o segundo maior colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (a capital está em primeiro) – a primeira infância constitui, desde há muitas décadas, tema de preocupação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Fórum da Criança e do Adolescente (FÓRUM/DCA)⁴, bem como de movimentos sociais, pesquisadores/as, grupos e instituições da sociedade civil.

Historicamente, o município é atravessado pela cultura política do clientelismo e do mandonismo (TAVARES, 2003), associada à condição de subordinação e complementariedade em relação ao centro da metrópole do Rio de Janeiro (BRITTO et al., 2017). O município é marcado, em seu processo de formação, pela desordem urbana, devido à disponibilidade de terras e à proximidade com o centro metropolitano, provocando, ao longo das décadas, acelerado crescimento populacional, que, no entanto, deu-se ausente de planejamento urbano e investimento no âmbito social (PINHO, 2006).

Diante deste contexto, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Gonçalo (CMDCA-SG), em 2017, mobiliza a sociedade em torno dos debates sobre a primeira infância no município e a necessidade de construção de um Plano Municipal voltado a esse público. Do ano de 2020 a 2022 – em pleno contexto pandêmico e de crise sanitária, econômica, social e política – ocorre o processo de construção do documento do referido Plano, coordenado pelo CMDCA, com apoio de assessoria técnica, envolvendo o desafio da participação de diversos sujeitos, inclusive crianças de três a seis anos que vivem no município.

Como já sinalizado anteriormente, a finalidade central deste artigo é discorrer e refletir sobre esta experiência, que, pelo registro metodológico das atividades político-pedagógicas, trouxe à baila acontecimentos, descobertas, experiências, construções, limites e possibilidades sobre o processo de elaboração participativa do PMPI/SG.

Neste sentido, estruturamos o trabalho da seguinte forma: na primeira seção, realizamos uma breve contextualização do tema da primeira infância, com base em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, destacando a pertinência de pensar a construção político-pedagógica de planos pela primeira infância numa perspectiva

⁴ Regimento interno Fórum DCA – São Gonçalo Art.1º - O Fórum Popular Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente de São Gonçalo, doravante denominado simplesmente Fórum DCA – São Gonçalo é uma instância de representação da sociedade civil organizada do Município de São Gonçalo, estruturado no sentido de promover a interação das forças dessa sociedade através da articulação de suas entidades não governamentais, com o objetivo de formular, propor e assegurar políticas de atendimento que promovam a garantia e a conquista dos direitos civis e sociais da Criança e do adolescente.

democrática. Na segunda seção, descrevemos e analisamos o itinerário de elaboração do PMPI/SG, correlacionando-o ao exercício contínuo das práticas de registro do vivido e sua significação político-pedagógica para fomentar espaços reflexivos sobre o processo de planejamento e avaliação, elegendo, assim, caminhos conjuntos, estimuladores de uma cidadania ativa⁵. Na terceira e última seção, tomando por referência a documentação pedagógica, refletimos sobre o desafio da participação das crianças na elaboração do PMPI/SG, a partir de uma escuta sensível (BARBIER, 1992) para a efetivação de políticas públicas que levem em consideração e atendam os seus desejos e expectativas. Por fim, nas considerações finais, levantamos algumas questões sobre a importância da documentação pedagógica como forma de fortalecimento dos saberes compartilhados, das práticas participativas nos processos de elaboração de Planos pela Primeira Infância, bem como garantir a “memória do vivido” na direção de afirmação de uma cultura política pública e democrática (TAVARES, 2003).

Entendemos que este trabalho apresenta resultados parciais, tendo em vista que o processo político-pedagógico de elaboração de políticas públicas para as infâncias gonçalenses encontra-se ainda em curso. Assim, sem pretender dar conta da complexidade e riqueza do tema em questão, esperamos oferecer subsídios teórico-práticos para pensar caminhos de construção de Planos pela Primeira Infância numa perspectiva democrática, bem como a instrumentalização destes enquanto documento pedagógico para elaboração de políticas intersectoriais na cidade.

PLANOS MUNICIPAIS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: CAMINHOS E APRENDIZAGENS

Notadamente, o tema da primeira infância tem se constituído, nas últimas duas décadas, uma preocupação central nas agendas de pesquisa e formulação de políticas públicas. A constatação científica de que esta fase da vida representa uma condição peculiar de desenvolvimento impõe a permanente produção e revisão de conhecimentos e ações políticas que assegurem os direitos humanos fundamentais e a promoção integral desta faixa etária, com um olhar sensível àquelas crianças suscetíveis às questões da pobreza e à violência crescente, bem como os impactos às

⁵ A categoria cidadania ativa é entendida, no âmbito deste trabalho, com base nos estudos de Benevides (1998). Nesta perspectiva, a cidadania ativa é antitética àquela outorgada pelo Estado, exigindo que o cidadão, portador de direitos e deveres, participe das discussões políticas na esfera pública, contribuindo, deste modo, para a efetivação dos direitos previstos em lei e construção de novos direitos.

suas famílias e cuidadores, de modo a assegurar a necessária equidade e direito à dignidade humana.

No bojo das conquistas legislativas da sociedade brasileira em relação à primeira infância, destaca-se o Marco Legal da Primeira Infância (2016), considerado um instrumento de construção de direitos às crianças pequenas, que deve envolver a corresponsabilidade da família, do Estado e da sociedade para assegurar infâncias cuidadas e protegidas no presente – no período em que mais demandam investimentos públicos para o seu desenvolvimento integral – e, portanto, com maiores possibilidades de se tornarem, no futuro, cidadãos mais conscientes, participativos e responsáveis. Conforme assinala Didonet (2022, p. 2034-235):

O Marco Legal leva em consideração o acervo científico sobre o desenvolvimento infantil, a relevância das experiências nos primeiros anos de vida, que fornecem as bases para a construção da personalidade e para aprendizagem ao longo da vida. Em síntese, o Marco Legal indica os princípios e as diretrizes que devem reger a construção de uma política integrada para atendimento total à primeira infância.

Vale destacar que um importante instrumento político e técnico que antecede a emergência do Marco Legal – impulsionando o foco dos debates político-participativos em torno de ações concretas no âmbito das políticas públicas para crianças de zero a seis anos de idade – é o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI). Este fomentou a construção de Planos pela Primeira Infância no âmbito dos municípios, cuja experiência de São Gonçalo é um exemplo.

Nos anos de 2017 e 2018, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Gonçalo (CMDCA-SG) foi tomado por um intenso debate que propunha um repensar sobre as políticas para as infâncias no município. Impulsionados pela publicação do PNPI e MLPI, Conselheiros e Conselheiras, sobretudo representantes das creches comunitárias, decidiram implementar a Comissão Permanente de Políticas Públicas pela Primeira Infância na composição das comissões do CMDCA. Desta forma, um dos objetivos desta Comissão consistia em elaborar, de modo participativo, o Plano Municipal pela Primeira Infância.

No percurso deste processo político-pedagógico, realizado prioritariamente no período da pandemia da Covid-19 (2020-2022), foi privilegiado o estar junto – mesmo através das telas de computadores e celulares – com representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Urbanismo, Segurança Pública, entre outras, bem como representantes das creches comunitárias, das ONGs, das

pastorais, a fim de escutar as múltiplas vozes que apontam para o cotidiano das crianças gonçalenses.

No entanto, vale abrir um parêntese, e reconhecer que os debates em torno do Plano Municipal pela Primeira Infância foram dificultados pela limitação das atividades presenciais, premidos por exigências sanitárias e por uma adaptação às novas formas de atividades remotas, bem como por diversas demandas que surgiram no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, frente à pandemia.

Visando garantir a construção de uma política pública não verticalizada, foram constituídos cinco grupos de trabalho, divididos por eixos temáticos⁶, com as representações de diversos segmentos sociais, em que se tornou urgente provocar a reflexão acerca da “responsabilidade coletiva, discutida e aprendida em todas as esferas societárias” (TAVARES, 2007, p. 5).

No decorrer dos debates nos GTs, observamos que o lugar que as infâncias ocupam no Brasil e, sobretudo, no município de São Gonçalo, é complexo, não sendo atendido em seus direitos, principalmente o direito à vida, constatado, especialmente, no período pandêmico. Neste contexto, os dados pesquisados nas plataformas DATASUS e Relatório IBGE-2021 expressavam as desigualdades sociais, principalmente relacionadas às crianças vulnerabilizadas pela pobreza e pela exclusão social, das quais destacamos as crianças negras, indígenas, quilombolas, ciganas que vivem à margem da sociedade, ainda desconsideradas pelo poder público.

Diante destas constatações, coloca-se como desafio “compreender o movimento estatuto contemporâneo da infância” (TAVARES, 2020, p.167), marcado pela assustadora desigualdade social no país, e por uma visão adultocêntrica⁷ que denota a organização da sociedade em torno do autoritarismo do adulto. Consideramos, desta maneira, que o cotidiano e as vivências das crianças marcam suas diferenças e definem suas condições sociais de vida.

⁶ Os eixos foram os seguintes: 1) Garantia do direito à Saúde universal e equitativa às gestantes e crianças na Primeira Infância; 2) Garantia do direito à Educação de qualidade para todos/as, assegurando o cuidado e o brincar na Primeira Infância; 3) Garantia da transversalidade da Política de Assistência Social à Primeira Infância e famílias; 4) Garantia do direito da Primeira Infância à cidade segura e inclusiva, ao meio ambiente sustentável e exercício da cidadania, com acesso à cultura, lazer, esporte para a diversidade; 5) Garantia da prevenção às violências e da promoção dos direitos na Primeira Infância: zelando pela inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança.

⁷ Na visão adultocêntrica a sociedade é pensada e construída em torno do e para o adulto, conforme estudos da Fúlvia Rosemberg (1976). Nessa relação, o adulto assume o papel de emissor, aquele que ensina, e a criança o papel de receptor, aquela que aprende.

A compreensão do sentido de infâncias, reconhecendo a diversidade histórica e social das múltiplas culturas infantis, bem como o entendimento dos diferentes momentos da trajetória da criança no Brasil, balizou os debates realizados pelos GTs. Nesta perspectiva, os participantes foram desafiados a entender a infância como um termo plural, “uma vez que esta é apenas uma das dimensões do humano que totalizam a criança e esta, por sua vez, é atravessada por toda uma multiplicidade de valores” (AQUINO; GONÇALVES, 2018, p.25); e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que, entre estas infâncias, “existem características comuns e, também, há necessidades das quais decorrem direitos de todas as crianças” (DIDONET, 2022, p. 231).

No âmbito dos debates realizados no percurso de construção participativa do PMPI/SG, identificamos a violação sistemática dos direitos dos pequenos, entre os quais destacamos: o direito à cidade, que se não for atrelado a uma cultura pública – isto é, sem o vínculo às políticas públicas de uso e participação infantil na cidade, além de um forte compromisso das instituições educativas – se torna muito suscetível, impossível de ser efetivamente (e culturalmente) praticado (TAVARES, 2020, p.170).

Desta forma, refletimos coletivamente sobre o conceito de direitos, considerando que o Estado moderno se fundamenta como um Estado de Direito, mas a práxis política (FREIRE, 1987 p. 21) é pouco vivenciada. Podemos, assim, inferir que, “ter direitos”, “lutar por direitos”, “assegurar direitos” são bandeiras aclamadas por instituições que intentam reconhecer a criança como prioridade absoluta, mas, no entanto, deparamo-nos ainda com uma relação social e política que se articula na contramão dos direitos, prevalecendo uma relação de privilégios, de poder, com poucos avanços e muitos retrocessos (CARDOSO, 2022).

Tornou-se fundamental, neste debate, a compreensão da criança em sua coletividade, como sujeito de direito que constrói a história e participa de sua constituição enquanto cidadã, apropriando-se da realidade para nela atuar. Faz-se premente, deste modo, ultrapassar a “natureza infantil”, de caráter abstrato, a fim de se chegar a uma abordagem da criança e do adolescente em sua concretude, identificando seus diferentes percursos sociais (PINHEIRO, 2006).

Neste cenário, grande parte das infâncias gonçalenses que se encontram vulneráveis à pobreza, e a falta de cobertura de políticas públicas de saúde e educação principalmente, não são alcançadas por elas, sendo a sua realidade vivida

descontextualizada e desconhecida nos espaços que deveriam promover a proteção à criança pequena.

Nos debates vivenciados nos GTs, foi possível entender que o direito proferido às crianças pequenas não deve estar restrito ao direito à proteção ou ao acesso aos serviços e bens culturais; o “direito” precisa estar vinculado à participação delas nos espaços que ocupam. Destarte, no planejamento acerca da participação das crianças pequenas na construção do PNPI, foi um grande desafio garantir maior autonomia à infância por meio do direito de voz e de participação política, com vistas a definir metas e estratégias que refletissem o seu olhar no registro do documento do PMPI/SG, em especial através de uma escuta ética e sensível a ela (BARBIER, 1992; KRAMER, 2002).

O REGISTRO DA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE SÃO GONÇALO: REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS-PARTICIPATIVOS

Antes de discorrer e tecer algumas análises acerca da experiência de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de São Gonçalo (PMPI/SG), consideramos pertinente situar o conceito de documentação pedagógica com o qual pretendemos manter a interlocução, como forma de extrair e comunicar reflexões acerca deste processo político-pedagógico vivenciado.

A documentação pedagógica é compreendida como toda forma de registro cuja intenção é comunicar ao mundo os aprendizados, possibilitando, a partir das narrativas, extrair informações e provocar observações e reflexões que subsidiem os processos de planejamento, registro e avaliação da prática pedagógica. Conforme ressalta Mendonça (2009, p. 78):

Observar, registrar e refletir são ações diferentes que em sua dinamicidade constituem a documentação. Não são ações estanques, não são independentes. Conjugam-se e determinam-se em uma reciprocidade constante de coleta de informações que, consignadas, oferecem elementos para pensar o realizado.

Para Ostetto (2017), o registro é um instrumento de trabalho pedagógico e documento reflexivo. Nesta perspectiva, este guarda a potencialidade de ser um espaço de construção de textos vivos, afirmando-se como autoria de educadores e educadoras, expressão do vivido e comunicação como troca.

Desta forma, a documentação pedagógica pode fomentar a problematização das práticas, indicando férteis caminhos para o diálogo em torno das questões comuns. Ao

passo que as narrativas do vivido se tornam objeto de reflexão coletiva, as aprendizagens vão gerando descobertas, em que as pessoas vão assumindo o lugar de autoria dos processos educativos.

Neste aspecto, ao descrever e problematizar importantes questões concernentes ao desenvolvimento do trabalho pedagógico compartilhado, é possível a crítica recriadora da nossa própria prática pedagógica coletiva. Sob este prisma, compreendemos que registrar se torna um processo de aprendizagem quando implica curiosidade e questionamento sobre aquilo que, para nós, ainda está oculto, por ser considerado óbvio, banal. Neste ponto, ganha especial relevo a unidade do pensar e do agir, como forma de compreensão e transformação do mundo (LUCKESI et al., 1985, p. 48-49).

A reflexão assume, assim, lugar central nos processos de documentação pedagógica, sendo um caminho para compreender a realidade em sua totalidade. Deste modo, importa ressaltar que, para além de uma reflexão individual, a partir de anotações, fotografias etc., trata-se de um (re) pensar que abrange o campo das relações sociais, tendo por referência o contexto social, cultural, histórico, no qual vivemos.

Enquanto processo reflexivo compartilhado, a documentação pedagógica também se constitui como instrumento de investigação. Isso porque, ao reunir um conjunto de informações, possibilita ao educador desvelar limites e possibilidades de sua prática, gerando condições para a produção de novos conhecimentos. De acordo com Mendonça (2009, p. 78):

[...] mais do que registros de observação, a documentação é um espaço de produção histórica daquele que ensina e daqueles que aprendem, quando promove condições para o pensar e o repensar do próprio fazer, tendo por ancoragem uma teoria humanizadora.

Observa-se que a documentação pedagógica, como fonte de (auto) reflexão sobre os processos de aprendizagem, não é apenas um conjunto de relatos, mas registros que, por meio da intencionalidade, ganham alma político-pedagógica por dialogar com uma realidade viva. Neste sentido, ao comunicar uma experiência relevante, a documentação pedagógica recria uma história cotidiana, construindo memória e identidade. Assim, nas palavras de Ostetto (2017, p. 16): "ao registrarem e refletirem sobre o conteúdo registrado, professoras e professores, apropriando-se de sua história, ensaiam autoria".

Assim, a documentação é considerada qualificadora das práticas pedagógicas, pois “assume compromisso com a reflexão sobre o realizado, visando aprender com sua própria prática quando a retoma e a examina sob a luz do referencial teórico” (MENDONÇA, 2009, p. 76).

Um outro aspecto relevante da documentação pedagógica é que ela propicia o trabalho coletivo. Ela cria espaço oportuno ao desenvolvimento do trabalho compartilhado, criando vínculos e estimulando a participação. Assim, nas dinâmicas de inventar, elaborar e planejar que a envolve, abre-se espaço para o diálogo, o debate, combinando-se razão e sensibilidade. No que concerne, especialmente, a este aspecto, entendemos que a documentação pedagógica pode oferecer valiosos subsídios para afirmar o desafio de elaboração de políticas públicas para a primeira infância como espaço corresponsável, criativo, de conexões de pensamentos, no qual deve ganhar destaque o registro da expressão do olhar das crianças sobre a cidade.

No trabalho de elaboração do PMPI/SG, os registros compuseram um material valioso (anotações em diário, relatórios dos encontros, fotografias etc.), objeto de permanente reflexão, auxiliando a trilhar um caminho de aprendizado coletivo-participativo. Neste sentido, os registros configuram-se, durante todo esse processo, como objetos de análise e possibilidade de reconstrução.

A seguir, exploraremos o campo de experiência de trabalho realizada no percurso de construção do PMPI/SG, descrevendo e levantando pontos que, a partir dos registros, foram subsidiando o próprio processo de planejamento e avaliação participativa.

A opção pela construção participativa do PMPI/SG partiu da compreensão de que a responsabilidade direta do Estado, no plano da promoção dos Serviços Públicos essenciais para as infâncias, implica trazer mais para perto da sociedade aqueles espaços de escolha daquilo que é prioridade para essa população. Sabe-se que a construção de planos, em nível federal, estadual e municipal, configura-se historicamente como domínio de instâncias técnicas superiores do governo, que, via de regra, decidem, sem ouvir e acolher os anseios da população (FREITAS, 2015, p. 73).

Ao tratar da participação dos mais diversos atores no processo de elaboração do PMPI/SG, importa enfatizar que esta foi pensada e vivida no caminhar metodológico da experiência como processo histórico de conquista. Conforme sustenta Demo (2003), a participação está relacionada à emancipação, sendo um fenômeno que requer tomada de consciência crítica acerca de sua condição histórica, para que

assim possa ocupar espaço próprio, de protagonismo, onde é construtor da própria história e não mero objeto desta. Sendo assim, elucida o referido autor:

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação eficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 1988, p. 18).

Compreendemos, no escopo da experiência de elaboração do PMPI/SG, a participação a partir de três dimensões essenciais que se interligam: a dimensão política, a ética e a pedagógica. Essas três dimensões, ao nosso entender, indissociáveis, são basilares para tornarem factível um projeto emancipatório, entendido como conquista de espaço pelos próprios sujeitos participantes, a partir do exercício concreto da cidadania organizada.

A dimensão política da participação reside na conquista de um espaço de escolha, decisão, partilha de poder. Tal espaço público é compreendido como esfera da liberdade política, porque apenas nele é possível que as questões sejam resolvidas por meio da palavra e da persuasão, e não através de força e violência (ARENDR, 2001). A dimensão ética da participação relaciona-se à necessidade de reconhecimento da existência de outros, pautando-se pela incorporação de valores humanos universais (liberdade, igualdade, respeito, justiça) e a ruptura com valores individualistas.

Conforme define Chauí (2006), exige-se do agente ético a capacidade de discernir e decidir entre valores e alternativas possíveis, assumindo a responsabilidade sobre a sua ação, não sendo um mero reproduzido já instituído. A dimensão pedagógica da participação está no fato de que esta é também uma experiência de aprendizado individual e coletivo. Exige a abertura a um processo educativo, fundamentado na escuta, na dialogia e no reconhecimento da alteridade dos participantes.

Desta forma, o estímulo à participação social de atores da sociedade civil, do governo e das próprias crianças no desafio de construção de um Plano Municipal pela Primeira Infância de São Gonçalo demandou estabelecer uma dinâmica e canais que viabilizassem: ouvir os diversos sujeitos que atuam com a primeira infância (na Saúde, na Educação, na Assistência, no âmbito do direito à cidade, do combate e prevenção à violência etc.), criando referência ao detalhamento técnico do Plano; possibilitar a voz das populações locais, visando à expressão do cotidiano no território

em que vivem, levando em consideração seus valores, desejos e expectativas; a inclusão da escuta das crianças no processo, atendendo ao seu direito de participar daquilo que lhe diz respeito; formalizar e dinamizar a constituição de grupos de trabalho, fomentando espaços de troca entre diversos conhecimentos e saberes.

O entendimento da participação como um processo que se constrói coletivamente colocou como desafio à construção do PMPI/SG a proposição de um caminho metodológico – sempre aberto à revisão – que favorecesse a troca entre os saberes daqueles que experienciam, no cotidiano, as questões da primeira infância (profissionais, representantes da sociedade civil, pesquisadores, integrantes de movimentos sociais, as próprias crianças e seus familiares etc.) e os saberes técnicos e científicos sobre a temática em questão, na perspectiva de assumir um olhar mais amplo.

Essa experiência político-pedagógica propiciou o exercício do registro diário das atividades, oficinas, encontros dos grupos de trabalho, que, ao longo do processo de construção, foram oportunizando e potencializando a interlocução entre aspectos teóricos e práticos, auxiliando a refletir sobre essa desafiadora caminhada. Percebemos que o resgate deste conteúdo registrado alimentou, e continua alimentando, o diálogo sobre as conquistas, os limites, os desafios e as possibilidades ensejados pela experiência de construção do PMPI/SG, sobretudo no que diz respeito à criação de uma nova cultura política e democrática no âmbito local – constituindo uma memória do percurso de aprendizagem.

A elaboração do documento do PMPI/SG foi iniciada a partir de encontros de planejamento participativo, com a presença de diversos atores de instituições do governo e da sociedade civil, tendo sido denominado “Diálogos sobre a primeira infância: fortalecendo interlocuções para a construção participativa e democrática do Plano Municipal pela Primeira Infância de São Gonçalo/RJ”⁸.

⁸ Estes encontros tiveram por objetivo mobilizar a participação democrática dos atores envolvidos no processo de planejamento das atividades norteadoras da construção do PMPI/SG, adensando reflexões e ideias acerca dos desafios, possibilidades e aprendizagens acerca das proposições de Políticas Públicas destinadas a crianças de 0 a 6 anos de idade no município. Nos encontros foram trabalhados, junto aos participantes, temas como: a importância da Primeira Infância e suas demandas no município; a responsabilidade do Governo municipal; princípios e diretrizes do PMPI; a definição dos Eixos Temáticos do PMPI a partir dos eixos do PNPI.

Figura 1 - Encontro de Planejamento Participativo⁹



Fonte: Arquivo dos autores, Escola Municipal Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra– Alcântara – São Gonçalo, em 06 de abril de 2022.

Em relação aos encontros de planejamento participativo, gostaríamos de destacar o registro da oficina na qual buscou-se discutir e elaborar coletivamente os eixos temáticos estruturantes do PMPI, ou seja, aquelas áreas prioritárias para a proposição de Políticas Públicas que atendam às necessidades peculiares de crianças de zero a seis anos de idade e suas famílias em São Gonçalo, os quais devem ser pensados de forma integrada.

O sentido da referida oficina foi revelar as proposições coletivas dos participantes para a construção dos Eixos Temáticos Estruturantes do PMPI/SG. A reflexão foi pautada na sabedoria experimental do grupo, acrescida de informações trazidas pelos coordenadores da oficina. Deste modo, inicialmente pediu-se que os participantes, que se encontravam sentados em círculo, se apresentassem brevemente, destacando a instituição/setor/secretaria que representavam e os motivos e expectativas em relação a sua incursão na construção do PMPI/SG. Neste momento, todos os participantes puderam manifestar sua visão acerca da Primeira Infância do município de São Gonçalo, trazendo para o círculo de diálogo a reflexão sobre experiências e desafios da construção de Políticas Públicas para essa faixa etária da população.

Registrar e refletir como os participantes viam, lidavam e desejavam uma determinada realidade para a primeira infância, a partir de suas percepções, vivências

⁹Cabe salientar que, em consonância com as questões éticas da pesquisa, tivemos a preocupação de manter o sigilo sobre a identidade de todos/as os/as participantes, inclusive em relação às crianças, preservando, deste modo, seus rostos nas figuras divulgadas neste artigo, visto que suas imagens foram concedidas – por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – apenas para o documento do PMPI/SG.

e conhecimentos, possibilitou abrir espaço para o diálogo, colocando a primeira infância como um tema público, construindo um caminho de aprendizagem enriquecido pela troca, num contexto vivido. Consideramos, assim, que esta atividade, manifestou-se como um canal capaz de integrar redes de percepções, sentidos e interesses em diálogo, captando e confrontando diversas narrativas sobre as infâncias no município. Nesta dinâmica, cabe a reflexão de Ostetto (2017, p. 23), que sinaliza que: “É preciso ficar atento às dinâmicas dos grupos, as implicações das relações pedagógicas, com um olhar aberto e sensível, pois registrar não é uma técnica, e tão pouco pode ocorrer de forma automatizada, como a espelhar o real”.

Em seguida, foi proposto ao grupo a realização de uma dinâmica visando estimular a percepção/reflexão dos participantes acerca das necessidades e direitos das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias no município. Neste momento, apresentaram-se aos participantes as seguintes indagações: “Em sua opinião, qual é o maior desafio que, hoje, o município enfrenta para atender a primeira infância em sua integralidade? Você se lembra de algum momento marcante da sua experiência na qual esse desafio ficou bem evidente?”. Foram distribuídas folhas de papel ofício e canetas coloridas a todos, e foi pedido para que cada participante respondesse às perguntas nesta folha, por meio do registro de uma palavra, do trecho de uma música ou poesia, ou de um simples desenho. Em seguida, os participantes puderam depositar seu registro dentro de um bambolê verde, amarelo ou vermelho, dispostos no centro da roda de diálogo.

Figura 2 - Oficina de Construção dos Eixos Temáticos Estruturantes do PMPI/SG



Figura 3 - Oficina de Construção dos Eixos Temáticos Estruturantes do PMPI/SG



Fonte: Arquivo dos autores, Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro – São Gonçalo, 01 de julho de 2022.

Foi explicitado a todos que, ao depositar o seu registro dentro do bambolê verde, o/a participante estava indicando que o município já vinha desenvolvendo

ações em relação à questão. Ao depositar o seu registro dentro do bambolê amarelo, o/a participante estava indicando que o município já havia proposto ações em relação à questão, porém, sem ter atingido ainda nenhuma efetividade. Ao depositar o seu registro dentro do bambolê vermelho, o/a participante estava indicando que o município jamais se preocupou com a questão registrada. A partir da aplicação desta dinâmica, foi possível perceber que a maioria dos participantes depositou seus registros nos bambolês amarelo e vermelho, indicando, deste modo, o expressivo desafio de construção e efetivação de direitos de crianças de zero a seis anos no município de São Gonçalo, em diversos âmbitos, como: Educação, Saúde, Assistência etc. Esse registro foi objeto de reflexão do grupo, oferecendo, assim, subsídios para o planejamento participativo dos eixos temáticos estruturantes que comporiam o PMPI/SG.

Na atividade de construção dos eixos temáticos estruturantes do PMPI/SG, a partir da escuta atenta dos participantes, sobressaiu a compreensão de que

[...] quanto mais aprendemos sobre as pessoas, mas elementos teremos para um planejamento significativo, que ajude a avançar, para potencializar o desenvolvimento de suas linguagens e apoiar e intensificar suas buscas e suas formas de pensar e fazer (OSTETTO, 2017, p. 25).

Sob esta perspectiva, a chave para o diálogo, cuja intencionalidade consistia em que os participantes definissem os eixos do Plano – buscando imprimir à construção um caminhar próprio, criativo e sintonizado com as demandas sociais e políticas presentes no território municipal – foi a escuta sensível (BARBIER, 1992).

Rinaldi (2012) sinaliza que o trabalho educativo exige a criação de espaços oportunos para compartilhar saberes, sendo a escuta essencial para possibilitar sentimento de pertencimento, expressão de valores e modos de pensar. Freire acrescenta que uma das virtudes necessárias ao educador democrático consiste no saber ouvir as diversas vozes, implicando “silenciar-se para que se permita que a voz daqueles que devem ser ouvidos emerja” (FREIRE, 2001, p.59).

Desta forma, a construção dos eixos temáticos do PMPI/SG estabeleceu-se como um caminhar coletivo que foi se ampliando, se redefinindo e se consolidando, à medida que as diversas falas foram sendo ouvidas, acolhidas, refletidas, confrontadas, conferindo, assim, sentido democrático à construção. Deste encontro político-pedagógico surgiram os cinco eixos temáticos estruturantes do PMPI, os quais foram sendo aprimorados em encontros posteriores.

Importa ressaltar que, em função dos limites impostos pelo contexto pandêmico, os encontros de planejamento participativo do PMPI/SG não se deram de uma forma linear e nem sempre com a presença do mesmo quantitativo de participantes. Ora a presença dos participantes era mais intensa, ora menos. Compreendemos que foram muitos os limites impostos pelo contexto de luto que atravessávamos nos anos de 2020 e 2021, e, também, em função de dificuldades relativas ao uso dos canais digitais (muitos de nós ainda estávamos aprendendo a manejar as plataformas).

Contudo, aos poucos, todos foram aprendendo a lidar com as novas dinâmicas e ferramentas, possibilitando, mesmo que à distância, profícuos encontros, nos quais o trabalho político-pedagógico foi ganhando sentido e qualidade. É importante demarcar que foi um trabalho que demandou grande mobilização dos atores, num contexto no qual vivíamos o luto, com a perda de familiares e amigos, mas, ao mesmo tempo, assumíamos o compromisso com a luta, a fim de garantir as infâncias gonçalenses, a partir da criação de políticas públicas universais, uma vida mais digna, com pleno desenvolvimento, possibilitando vislumbrar um presente e futuro mais justo, digno e feliz.

A ESCUTA DAS CRIANÇAS: A POTENCIALIDADE DO PROTAGONISMO INFANTIL NA ELABORAÇÃO DO PMPI

No percurso de elaboração do PMPI, enquanto um documento político-pedagógico, um compromisso e desafio foi a incorporação da visão das crianças pequenas na definição de prioridades em matéria de reconhecimento dos seus desejos e expectativas¹⁰, reconhecendo, assim, o seu protagonismo como elemento crucial para a legitimação de propostas políticas para a primeira infância de São Gonçalo.

Desta forma, a fim de superar a perspectiva de uma escuta seletiva, adultocêntrica e burocrática, buscamos romper com a invisibilidade das crianças (SARMENTO et al., 2007), refletindo coletivamente, revendo práticas e criando

¹⁰ A escuta das crianças teve por objetivos: captar e registrar o pensamento dos pequeninos sobre a sua realidade, sobre os temas que lhes foram apresentados, respeitando o seu jeito próprio de imaginar e se expressar, de modo a valorizar o seu protagonismo; registrar as suas recomendações acerca dos temas a eles apresentados, respeitando o seu olhar, suas emoções, desejos e sonhos; materializar esses registros, de modo organizado, no documento do PMPI/SG, conferindo, deste modo, visibilidade aos interesses e demandas infantis, garantindo, assim, espaço para que suas vozes sejam ouvidas pelo poder público e por toda a sociedade.

caminhos para que a diversidade de crianças gonçalenses pudesse, a partir da sua trajetória, cotidiano vivido e linguagem própria, expressar suas ideias.

Sob este enfoque, o caminho metodológico adotado para a escuta das crianças nutriu-se da observação e interação com as crianças, gerando, deste modo, uma rica documentação marcada pela qualidade da escuta. Neste sentido, orientamo-nos pela perspectiva ressaltada por Ostetto (2017, p. 21), de acordo com a qual escutar

[...] extrapola atitudes configuradas como aproximação dos 'sujeitos da pesquisa', para a simples recolha de dados, ou para a apreensão de respostas certas às questões formuladas, ao contrário, significa abertura para a compreensão de um campo de significações produzidas no processo e no encontro.

Consideramos, assim, que escutar crianças nos processos de formulação de políticas públicas que lhes digam respeito – assim como determina o Marco Legal da Primeira Infância¹¹ – é uma tarefa que exige um repensar permanente, visto que, historicamente, conforme observa Sarmiento et al. (2007), a participação das crianças é afetada por fatores decorrentes das relações de poder e hierarquia existentes entre adultos e crianças.

Assim, ouvir as crianças no processo de elaboração do PMPI/SG demandou refletir coletivamente sobre as relações entre crianças e adultos, com abertura e sensibilidade, a fim de possibilitar que os/as pequenos/as expressassem seus pontos de vista sobre temas como: família, cidade e comunidade, saúde, educação, brincar, medos e violência.

Informamos que o referido processo de escuta, experienciado em sete estabelecimentos de Educação Infantil de São Gonçalo, envolveu o total de 51 crianças na faixa etária de três a seis anos de idade, e foi realizado por sete equipes interdisciplinares compostas por profissionais com reconhecida experiência na área da primeira infância, situados na realidade das crianças do município. Os profissionais em questão foram acolhidos e orientados acerca do processo de construção participativa do PMPI, bem como participaram de um curso, com carga horária de 8h, com a finalidade de capacitá-los em termos éticos, técnicos e metodológicos para os encontros com as crianças.

Os estabelecimentos de Educação Infantil escolhidos para a realização da escuta das crianças foram os seguintes: Unidade Municipal de Educação Infantil

¹¹ O Marco Legal da Primeira Infância (2016), que estende o direito de participação à toda a faixa etária da Primeira Infância, recomenda que a escuta seja feita por profissionais qualificados, por meio de estratégias que sejam compatíveis aos modos peculiares das crianças se expressarem.

(UMEI) Pastor Adayr Gomes Luz, localizada no bairro Santa Izabel; Unidade Municipal de Educação Infantil George Savalla Gomes (UMEI), localizada no bairro Barro Vermelho; Associação Educacional Assistencial Vitória Régia, localizada no bairro Engenho Pequeno; CIAN - Centro de Integração Analice Nunes, localizado no bairro Jardim Catarina; Centro de Referência Municipal do Autismo, localizado no bairro Gradim; Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) José Calil Abuzaid, localizada no bairro de Vista Alegre; CEIC – Centro Educacional Infantil Comunitário Tia Madá II, localizado no bairro Porto Novo. A escolha por essas instituições apoiou-se nos seguintes critérios: a diversidade de crianças e áreas de atuação das instituições (saúde, educação, assistência etc.), e as condições sociais, culturais e econômica dos territórios. O propósito foi o de escutar um universo plural de crianças.

Ressalta-se que a realização da escuta das crianças foi precedida de visita das equipes aos Estabelecimentos de Educação Infantil selecionados, a fim de avaliar as melhores condições para o desenvolvimento da atividade, buscando, desta maneira, mobilizar os diretores e demais profissionais da educação.

Vale esclarecer que participaram da escuta aquelas crianças cujos pais/responsáveis autorizaram. Todas as crianças foram também consultadas sobre o seu desejo em participar da atividade, sendo respeitada a sua vontade.

Foi realizado um encontro para a escuta em cada estabelecimento de Educação Infantil, com duração de aproximadamente duas horas. A escuta ocorreu em ambientes como, por exemplo, sala de leitura, brinquedoteca e espaços externos das instituições. Esta se deu de modo livre, priorizando o olhar qualitativo, a comunicação empática e afetiva apoiada no interesse absoluto e na adequação às diferentes formas de expressão das crianças. Desta forma, visando proporcionar um clima acolhedor, atrativo e estimulante, de modo a favorecer o protagonismo infantil, foram empregados recursos lúdicos como: brincadeiras, contação de histórias, desenhos, dinâmicas com brinquedos etc.

A observação, o registro e a reflexão simultâneos acerca da vivência político-pedagógica de escutar as crianças possibilitaram conectar-nos ao universo delas, aprendendo mais sobre o modo como enxergam e interagem com a realidade das instituições que frequentam, as pessoas que convivem e o bairro onde moram. Neste sentido, diante das demandas expressas pelas crianças através de falas, desenhos, brincadeiras e fotografias, compreendemos o quanto é fundamental a existência de locais de encontro onde as decisões políticas reconheçam a criança como cidadã.

Figura 4 - Atividade de escuta das crianças



Fonte: Arquivo dos autores. Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Pastor Adayr Gomes Luz – Santa Izabel – São Gonçalo, em 2 de setembro de 2022.

Acerca dos temas trabalhados na atividade de escuta das crianças, é interessante observar a pertinência e potencialidade das proposições das crianças ouvidas. Estas recomendaram, por exemplo, que: na família não haja violência, que ocorra o diálogo, o afeto, o lazer e as brincadeiras em conjunto, o acesso à moradia e alimentação; que na saúde tenha: “mais atendimentos”, “cuidados”, “posto de saúde perto de casa”, “construir hospitais”, “remédios”, “boa alimentação”, “vacina” etc.; na educação sobressai: “ter alimentação”, “ter limpeza na escola”, “ter brinquedoteca”; em relação ao brincar, elas desejam ter espaço e condições para exercitar suas brincadeiras, como “poder brincar de pique-pega na rua”; em relação à violência, desejam prevenção e proteção: “não bater”, “oferecer ajuda”, “proteger”.

O conjunto de atividades realizadas com as crianças – tendo por intenção escutar, dialogar e inclui-las no processo de elaboração de propostas para a primeira infância no município – gerou uma rica documentação, objeto de problematizações coletivas e aprendizado. Conforme ressalta Rinaldi (2012), o objetivo da pedagogia da escuta é compartilhar saberes. Neste sentido, nos interrogamos: que espaços as crianças vêm efetivamente ocupando na construção das políticas públicas? Em que medida os seus saberes, vivências estão encontrando espaços oportunos de reconhecimento como cidadãos?

Deste modo, foi possível observar que, apesar das legislações reforçarem o direito das crianças de expressarem suas ideias, sentimentos, opiniões, são os adultos, via de regra, que reproduzem as vozes das crianças. Neste sentido, a prática da documentação foi essencial para identificar e investir esforços na desconstrução das relações dissimétricas entre adultos e crianças, visto que essa “focaliza o

protagonismo das crianças, seus processos, dando atenção especial a suas linguagens, hipóteses, e seus pensamentos e modos de ser” (OSTETTO, 2017, p. 18).

A expansão dos processos de escuta das crianças, de modo a favorecer a sua autonomia, abriu um horizonte reflexivo acerca dos desafios para garantir a equidade entre as infâncias do município. Assim, acreditamos que a prática da documentação, como construção coletiva e elemento para a reflexão dos saberes e fazeres pedagógicos (OSTETTO, 2017, p. 5), contribui para avaliar a presença das crianças nos espaços de debates, sendo reconhecidas como “sujeitos que estão na luta” (ROSSETTO, 2011).

Desse modo, entendemos a urgência do reconhecimento da cidadania infantil (TAVARES, 2020), tornando, assim, factível que as crianças pequenas possam assumir o seu status político de sujeitos construtores de sua história. Ressaltamos, neste contexto, que seu direito à participação seja pautado pelo respeito pelos adultos e pela comunidade de forma mais ampla. É preciso entender que os espaços educativos frequentados pelas crianças não são apenas espaços de transmissão de conhecimentos, mas de reflexão sobre valores, de construção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo deste artigo, realizar um exercício reflexivo acerca da experiência de construção participativa do Plano Municipal pela Primeira Infância do município de São Gonçalo, tomando por referência o emprego da documentação pedagógica como instrumento que possibilita o (re) pensar e o aprimoramento das experiências de aprendizado na direção da participação e da cidadania enquanto processos de conquista.

Nesta perspectiva, enfatizamos a importância de lançar mão da documentação pedagógica em processos de elaboração de políticas para a primeira infância, visto que esta possibilita criar espaços dialógicos e problematizadores em torno dos saberes vividos e sua relação com a cidade. Assim, sendo a documentação pedagógica um instrumento que fomenta a construção democrática, acreditamos que o seu emprego não deve ficar restrito apenas aos espaços escolares, podendo também contribuir para espaços de construção de redes sociais e conquista, para a reflexão em torno da infância enquanto tema de relevância pública que abrange o direito à cidade (TAVARES, 2020).

Por fim, importa ressaltar que a vocalização dos diversos sujeitos – com destaque para as crianças – na construção das políticas públicas para as infâncias deve ser assegurada pela via da formalização de espaços de participação, a exemplo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acreditamos que somente desta forma será possível assegurar o reconhecimento das crianças pequenas, enquanto sujeitos históricos de direitos, com a possibilidade de exercerem sua cidadania, materializada nas experiências de viver relações sociais pautadas na participação, no reconhecimento de suas vozes e saberes, e na legitimidade ética de sua expressão política.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ligia Maria Leão; GONÇALVES, Barbara de Oliveira. Crianças e infâncias em foco: um olhar sobre sujeitos políticos. In: CARREIRO, Josiele Santos Carreiro.; TAVARES, Maria Tereza Goudard (org.). **Estudos e Pesquisas com o Cotidiano da educação das Infâncias em Periferias Urbanas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 23-39.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
BARBIER, R. A escuta sensível em educação. **Revista Anped**, Caxambu, n.5, set. 1992.

BENEVIDES, Maria Victória. **A Cidadania Ativa**. São Paulo: Ática, 1998.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira. de et al. A segregação socioespacial no município de São Gonçalo, RJ: uma análise a partir do acesso ao saneamento básico. In: ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2017.

CARDOSO, Carla Verônica Corrêa. **O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em São Gonçalo: Interesses e Disputas na Formulação das Políticas Públicas para as Infâncias**. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

DIDONET, Vital. Políticas públicas para a infância: da Assembleia Nacional Constituinte ao Marco Legal da Primeira Infância. [Entrevista cedida a Viviane Fernandes Faria Pinto. **Em Aberto**, Brasília, v.34. n. 113, p. 232-240, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5173/4138>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Freire, Ana Maria Araújo (org). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREITAS, Bruno Peres. Caminhos do planejamento. Alternativas de reflexão e ação na contemporaneidade. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 5, n. 10, p.62-81, 2015. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/4148>. Acesso em: 21 mar. 2023.

KRAMER, Sonia. Autoria e Autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p.41-59, jul.2002.

LOPES, Jader Janes. **Terreno Baldio**: Um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar Geografias. v.1. Porto Alegre: Pedro e João, 2021.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

MENDONÇA, Cristina Nogueira de. **A documentação pedagógica como processo de investigação e reflexão na Educação Infantil**. Tese (Doutorado em Educação) - da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília, Marília, 2009.

OSTETTO, Luciana Esmeralda No tecido da documentação, memória, identidade e beleza. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). **Registros na Educação Infantil**: pesquisa e prática pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

PINHO, Osmundo de Araújo. A vida em que vivemos: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 169-198, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XfD6GPNLbWs4sfv3b5SB8fx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 mar. 2023.

PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - PNPI. Rede Nacional Primeira Infância. Coordenação: Vital Didonet. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e Adolescente no Brasil**: Porque o abismo entre a Lei e a Realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araujo. Educação das crianças Sem Terrinha nas Cirandas Infantis: a construção de uma alternativa em movimento. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de; FINCO, Daniela (org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 81-103.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Revista Sociedade e Cultura**, Braga, Portugal, n. 25, p. 183-206, 2007.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Os pequenos e a cidade: O papel da escola na construção do direito à cidade. **Contexto & Educação**, v. 1, p. 69-92, 2007.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Infâncias e o direito à cidade em São Gonçalo: investigando a participação de crianças na cidade. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 164-183, jul./set. 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA EM SÃO GONÇALO: DOCUMENTANDO E REFLETINDO UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS INFÂNCIAS NA CIDADE


The municipal plan for early childhood in São Gonçalo: documenting and reflecting on an experience of building public policies for children in the city

Bruno Peres Freitas

Doutor em Serviço Social
Pesquisador autônomo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
São Gonçalo, Brasil

Peres35@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3864-8825>

Carla Veronica Corrêa Cardoso

Mestre em Educação

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo, Brasil

carlaveronica73726@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4248-3859>

Maria Tereza Goudard Tavares

Doutora em Educação

Professora Associada

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo, Brasil

mtgtavares@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Av. Joaquim de Oliveira, Boa Vista, 802, CEP 24465-531, São Gonçalo, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Gonçalo/RJ (CMDCA-SG) e a todos aqueles (as) que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a construção participativa e democrática do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI/SG).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: B. P. Freitas, C.V.C. Cardoso

Coleta de dados: B. P. Freitas, C.V.C. Cardoso

Análise de dados: B. P. Freitas, C.V.C. Cardoso, M. T. G. Tavares

Discussão dos resultados: B. P. Freitas, C.V.C. Cardoso, M. T. G. Tavares

Revisão e aprovação: B. P. Freitas, C.V.C. Cardoso, M. T. G. Tavares

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica. (Imagens do acervo dos autores)

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 01-05-2023 – Aprovado em: 07-10-2023